



MEDOS GEOPOLÍTICOS, ESPERANÇAS GEOECONÔMICAS: AS VIAS ABERTAS DA AMÉRICA DO SUL NA PANDEMIA DE COVID-19

Cristovão Henrique Ribeiro Silva ¹
Claudio Antonio Gonçalves Egler ²
Adriano Roberto Franquelino ³
Juliana dos Santos Silva ⁴

RESUMO

Este trabalho tem como proposta compreender os desafios geoeconômicos e geopolíticos para integração regional Sul-Americana. E, assim direcionar os esforços teóricos e metodológicos para identificar uma nova regionalidade continental que emerge na transição geoeconômica do sistema capitalista durante e pós-COVID-19. Neste ponto, as decisões dos Estados nações, governos subnacionais e corporações envolvidas no processo de integração regional são decisivas. Então, este trabalho, propõe uma agenda de pesquisa para analisar as principais características e performance geoeconômica na porção da Amazônia Sul-Ocidental extraindo assim, as potencialidades de integração produtiva, logística e comercial para sustentar os projetos de regional em transportes na região Norte, com destaque para os estados do Acre, Rondônia, Amazonas.

ABSTRACT

This work proposes to understand the geoeconomic and geopolitical challenges for South American regional integration. And, thus, direct theoretical and methodological efforts to identify a new continental regionality that emerges in the geoeconomic transition of the capitalist system during and after COVID-19. At this point, the decisions of nation states, subnational governments and corporations involved in the regional integration process are decisive. Therefore, this work proposes a research agenda to analyze the main characteristics and geoeconomic performance in the portion of the South-Western Amazon, thus extracting the potential for productive, logistic and commercial integration to support regional transport projects in the North region, with highlight on the states of Acre, Rondônia, Amazonas.

¹ Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC); Pesquisador Visitante na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais no Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). cristovao.silva@ufac.br

² Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Pós-Doutor pelo Centro de Estudios Avanzados da Universidad de Buenos Aires.

Pesquisador Visitante na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais no Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). cegler@gmail.com

³ Doutorando pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho - UNESP, adriano.franquelino@unesp.br

⁴ Doutoranda pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, judsantossilva@gmail.com;



INTRODUÇÃO

Para compreensão do debate do que chamamos de abordagem geoeconômica destaca-se o retorno a temática neste início de século vinculado a concepção de capitalismo de Estado 2.0, isto é, a ação do Estado e suas geoestratégias de controle tático de territórios (REDIKER, 2015).

Outra abordagem geoeconômica no Brasil que é prevista na Constituição Federal de 1988 para “[...] efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais [...]” (BRASIL, 2012, p. 43).

Por exemplo, as regiões geoeconômicas são adotadas em várias ocasiões e instituições do Brasil, como nos Sistemas Financeiros Brasileiros (SFB) regulamentados pela Lei nº 1.959/1982 (BRASIL, 1982). Ou a estrutura tributária da Lei Kandir que, além de incentivar as exportações de produtos primários e semimanufaturados, divide as compensações e direciona recursos tanto para o Fundo de Participação dos Estados quanto para os Municípios (FPE e FPM), carregam em seus procedimentos metodológicos a consideração das regiões geoeconômicas brasileiras.

No campo acadêmico, os estudos da Geografia, como os de Bernardes (1964) Geiger (1964) Correa da Silva (1986) e mais recentes de Egler (1993; 2008; 2009a; 2009b) destacam essa compreensão das atividades produtivas no território com o foco geoeconômico. Timidamente, por meio de alguns ensaios sobre a temática no Brasil e no Mato Grosso do Sul em específico em Ribeiro Silva (2016a), e, esboçamos uma análise geoeconômica tendo como base empírica a América Latina em Ribeiro Silva (2017a).

Com este pano de fundo este trabalho tem como proposta compreender os desafios geoeconômicos e geopolíticos para integração regional Sul-Americana. E, assim direcionar os esforços teóricos e metodológicos para identificar uma nova regionalidade continental que emerge na transição geoeconômica do sistema capitalista durante e pós-COVID-19. Neste ponto, as decisões dos Estados nações, governos subnacionais e corporações envolvidas no processo de integração regional são decisivas.

Desta maneira, considerando no mínimo, uma redução do espaço geopolítico e geoeconômico dos EUA com o mundo mais sino-cêntrico, definindo pela primeira vez, nos últimos 200 anos, uma transição de relações internacionais alicerçada não mais no oceano Atlântico e sim, agora, no Oceano Pacífico (CHATZKY e MCBRIDE, 2019).

Neste ponto reside uma questão regional na América do Sul fundamental e estratégica, qual o papel dos países do continente na ascensão chinesa no mundo pós-pandémica? Portanto, qual seria o papel regional dos governos subnacionais na consolidação do debate acerca do desenvolvimento regional e integração regional sul-americana?

Somada a essas questões, a dimensão ambiental, torna-se central no debate sobre retomada de crescimento econômico no mundo como um todo e, no caso brasileiro,



contribuiremos para esse debate no arco Norte da América do Sul, tornando-se assim o que Pecequillo (2013) aponta como o novo espaço geoeconômico do continente .

Neste contexto, no extremo Oeste da Amazônia Ocidental, com a especificidade das unidades federadas brasileiras Amazonas, Acre e Rondônia transformaram-se de lugares pouco expressivos na Geografia Econômica nacional, o que as tornam peças centrais do caminho para um mundo em transição geoeconômico e geopolítico.

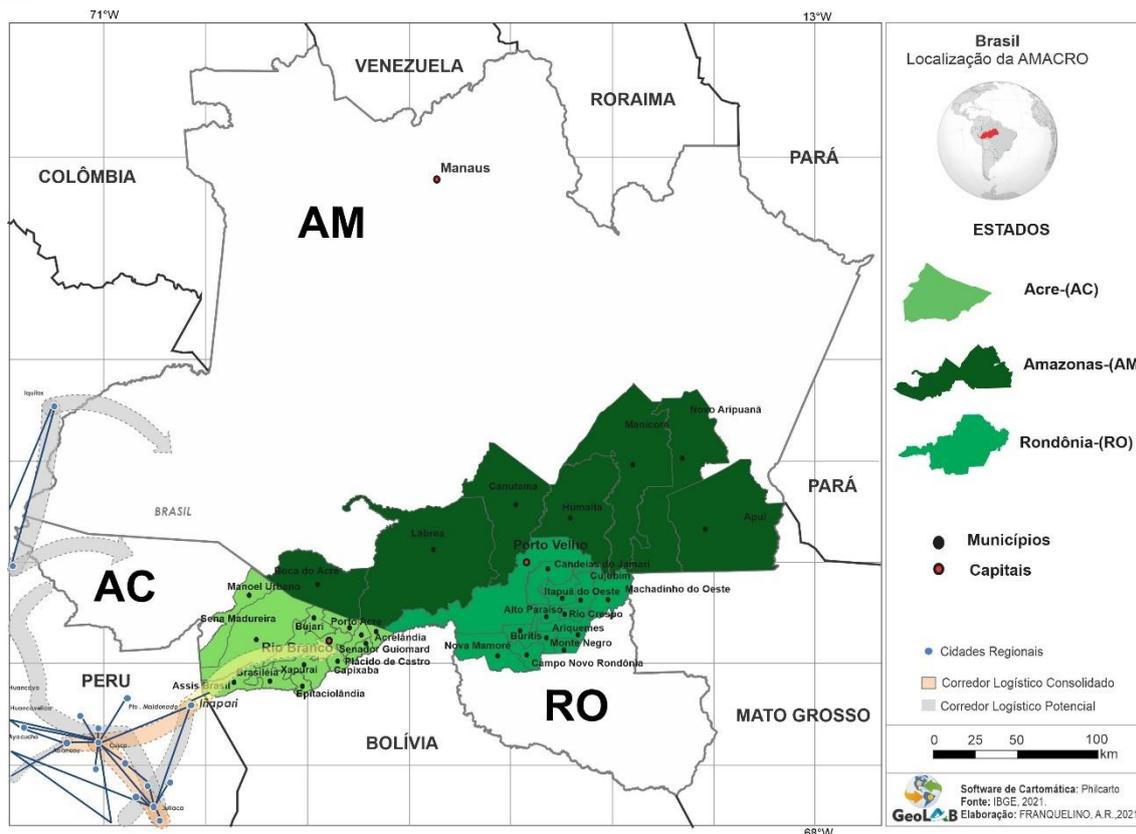
Então, este trabalho, propõe uma agenda de pesquisa para analisar as principais características e performance geoeconômica na porção da Amazônia Sul-Ocidental extraíndo assim, as potencialidades de integração produtiva, logística e comercial para sustentar os projetos de regional em transportes na região Norte, com destaque para os estados do Acre, Rondônia, Amazonas.

Assim, nessa esteira, pensar o arco Norte do Brasil, faz parte de um exercício complexo de compreender vários brasis dentro desse imenso país. A questão regional impera nesse ponto e exige cautela e coerência em ler os dados e medidas tomadas pela ação do Estado em larga medida nos estados Amazônicos da região Norte do Brasil. Localizado no extremo oeste do país, o estado Acre pertence duas macrorregiões distintas a saber: a região Norte Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e, em paralelo a região da Amazônia legal composta por Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão.

Esses fatores impõem uma realidade regional nortista totalmente distinta do que temos no Centro-Sul brasileiro, sobretudo, em tempos de pandemia de COVID-19. Com fronteiras internacionais com a Bolívia a Sudeste, e ao Sul e Oeste o Peru, são cerca de 869.265 mil habitantes, vigésimo quinto estado brasileiro termos demográficos, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,633 conferindo ao estado a posição de 21º entre os vinte e sete entes federados, por isso, debater a questão do Acre, como ficou conhecido o no início do século XX é fundamental uma discussão sobre a questão regional.

Nesta esteira em termos geoeconômicos, há uma nova sub-região sendo desenhada e em caminhos de institucionalização tal como foi com MATOPIBA – que é formada pelo acrônimo das siglas dos estados de MAranhão, TOcantins, PIAuí e Bahia.

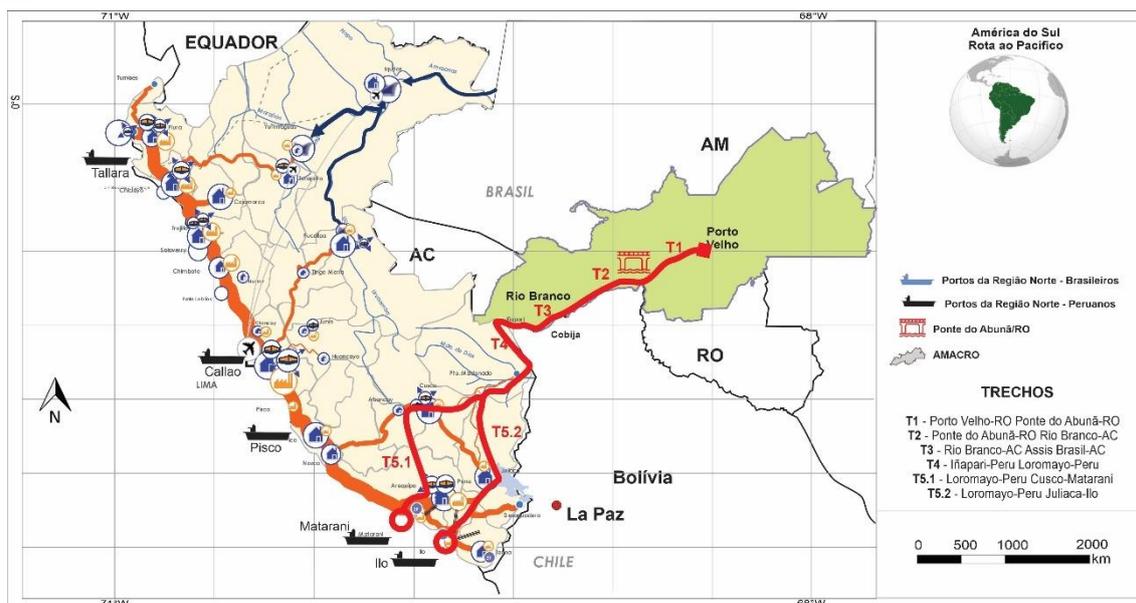
Todavia, enquanto MATOPIBA está encravado na região de transição dos biomas da Amazônia, Cerrado, Ecótonos, a nova região, intitulada de AMACRO, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia está delimitada ambientalmente no bioma amazônico e no ponto estratégico das infraestruturas do continente Sul-Americano com oportunidades de consolidar-se como a região base da rota do pacífico, fortalecendo economias regionais, cidades e governos sub-nacionais com o agronegócio consolidado e conectado com as cadeias produtivas globais de commodities sustentáveis.



Mapa 1: Localização da nova sub-região AMACRO

O diferencial das duas regiões, para além de suas características geográficas, sociais, políticas, históricas, antropológicas, culturais está na orientação de escoamento da produção das cadeias produtivas. Enquanto o recorte regional MATOPIBA, possui um escoamento direcionado para o oceano Atlântico, com saída no estado do Maranhão.

Por outro lado, a AMACRO, possui uma orientação geoeconômica potencial de ser o hub das redes de infraestruturais no arco Norte voltado para o oceano Pacífico com destaque para os portos que estão no Peru (Mapa 2).



Mapa 2: AMACRO Localização dos portos no Peru

PERFORMANCE GEOECONOMICA DA NOVA REGIONALIZAÇÃO PÓS-COVID-19

De acordo com o *Green City Index* (2012) fornecido pela empresa *Siemens* em parceria com a *Economist Intelligence Unit* a América Latina possui 17 cidades no índice de Cidades Globais Sustentáveis. Dentre estas 13 estão na América do Sul, sendo seis no Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo). As demais encontram-se na Argentina (Buenos Aires), Colômbia (Bogotá, Medellín), Chile (Santiago), Equador (Quito), Peru (Lima) e Uruguai (Montevideo).

O *Green City Index* analisa a performance de mais de 120 cidades ao redor do mundo, cujo dados são baseados no tamanho e importância da cidade. As categorias analisadas são: Energia (consumo, intensidade, energia renovável, energia limpa), CO₂ (intensidade, estratégia de redução e emissões), Construções (consumo de energia residencial), Transporte (uso de transporte coletivo, promover uso de transporte “verde”, política para redução de congestionamento), Lixo (produção municipal, reciclagem, política para redução de lixo), Água (consumo, sistema de esgoto, tratamento de água), Qualidade do ar (Dióxido de Nitrogênio, Dióxido de Enxofre, Ozônio, Material Particulado, políticas para diminuir poluição do ar), Governança ambiental (plano de ação verde). Em relação a América Latina, os dados foram publicados em 2010. (CRECI-RJ, 2016; SIEMENS, 2012).

As regiões de MATOPIBA e AMACRO têm como características atividades pautadas em recursos naturais - *commodities* agrícolas e minerais, além das condições edafoclimáticas para o cultivo de soja, milho, algodão e celulose. Apesar de ambas possuírem passado de ocupação conduzida por frentes pioneiras, a AMACRO reúne como proposta o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio do desenvolvimento socioeconômico (SUDAM, 2021), somada a integração e escoamento para o Pacífico, contribuindo para expansão agropecuária.

O desafio da zona de desenvolvimento sustentável dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia é evitar as externalidades negativas da expansão agrícola, reforçar o uso organizado e consciente do solo e coibir a devastação ilegal (IPEA, 2021, p. 4).



Diferente de MATOPIBA, onde a realidade econômica impôs custos ambientais e aproveitamento limitado dos benefícios sociais.

Em governos anteriores (2002-2014), o Brasil havia estabelecido política industrial para promover cadeias produtivas, setores e arranjos produtivos, com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e Plano Brasil Maior (PBM).

O planejamento destinava recursos ao desenvolvimento de atividades produtivas principalmente agrícolas, industrial centrada nas *commodities*, tendo na linha de financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atualmente, o governo não possui um planejamento produtivo como nos Governos Lula e Dilma. Dessa forma, as atividades produtivas parecem caminhar automaticamente, conforme a exigência do mercado.

No entanto, foi financiado em 2020, o total de R\$ 1,64 bilhão para os estados vinculados as regiões estudadas, ou seja, 2,5% do total que o BNDES destinou a todas as unidades federativas (Quadro 1). Seguindo a ordem dos acrônimos, o Maranhão recebeu R\$ 265 milhões no setor agropecuário e R\$ 15 milhões no industrial. No Tocantins foram destinados R\$ 316 milhões à agropecuária e R\$ 12 milhões à indústria; Piauí R\$ 119 milhões e R\$ 7 milhões respectivamente. O estado que mais recebeu benefícios para fomentar os setores foi a Bahia com R\$ 361 milhões (agropecuária) e R\$ 103 milhões (indústria). A unidade federativa possui polo industrial estruturado, além de comercializar *commodities* como petróleo, soja e celulose.

Abordando a AMACRO, o Amazonas apanhou R\$ 6 milhões para agropecuária e R\$ 15 milhões para indústria; Acre R\$ 8 milhões e R\$ 3 milhões respectivamente. O estado de Rondônia, R\$ 175 milhões (agropecuária) e R\$ 21 milhões (indústria) o montante maior que os outros dois estados pode ter resposta aos avanços da soja e do gado nos últimos anos.

Desembolso do Sistema BNDES, 2020			
REGIÃO	ESTADOS	SETORES	
		Agropecuária	Indústria
MATOPIBA	Maranhão	R\$ 265 milhões	R\$ 15 milhões
	Tocantins	R\$ 316 milhões	R\$ 12 milhões
	Piauí	R\$ 119 milhões	R\$ 7 milhões
	Bahia	R\$ 361 milhões	R\$ 103 milhões
TOTAL		R\$ 1,06 bilhão	R\$ 137 milhões
AMACRO	Amazonas	R\$ 6 milhões	R\$ 15 milhões
	Acre	R\$ 8 milhões	R\$ 3 milhões
	Rondônia	R\$ 175 milhões	R\$ 21 milhões
TOTAL		R\$ 189 milhões	R\$ 39 milhões
TOTAL BNDES⁵ R\$ 64.921 bilhões		R\$ 1,24 bilhões	R\$ 176 milhões

Quadro 1: Desembolso do Sistema BNDES, 2020 (janeiro-dezembro).

Fonte: BNDES transparência, 2021.

Elaboração: SILVA, Juliana, S., 2021.

⁵ Referente a todas as unidades federativas.



À complementar existem os fundos constitucionais de financiamento que são previstos pela Constituição Federal, criados em 1988 e regulamentados em 1989 (Lei nº 7827). Os recursos do Fundo consistem em diminuir as desigualdades regionais causadas pelas disparidades socioeconômicas do país. São voltados ao financiamento dos setores produtivos, sendo eles: indústria, agroindústria, agropecuária, mineral, turismo, comércio, serviços, cultural dentre outros. (BANCO DA AMAZÔNIA; BANCO DO NORDESTE, 2021). O foco aqui apresentado será nos setores de indústria, agroindústria e agropecuária.

O Fundo Constitucional do Norte (FNO) prevê em diretrizes promover o Desenvolvimento Sustentável e Includente nas áreas de abrangência⁶, integrando a base produtiva local e regional de forma competitiva na econômica nacional e internacional (BANCO DA AMAZÔNIA, p.13, 2020). Dentre as prioridades setoriais para 2020, agricultura, pecuária, produção florestal, indústrias extrativas e indústrias de transformação, estão entre elas. Já o plano de aplicação de recursos financeiros do FNO disponíveis para o ano estimou-se em R\$ 7.728,83 milhões (Quadro 2). Há outras atividades por setores além dos selecionados, como infraestrutura, comércio e agricultura familiar e emergencial COVID-19. No entanto, trazer esses dados daria outro sentido ao trabalho que busca analisar as atividades agrícolas e industriais, por sua vez, voltadas ao comércio exterior.

FNO 2020 – Previsão de aplicação por atividade			
Atividades Econômicas	Valor em R\$ milhões		
	AM	AC	RO
Agropecuária, Pesca e Aquicultura	409,99	89,25	750,14
Indústria e Agroindústria	12,12	4,10	16,31
TOTAL	R\$ 1,28 bilhão		

Quadro 2: FNO 2020 – Previsão de aplicação por atividade.

Fonte: Banco da Amazônia, 2021.

Elaboração: SILVA, Juliana, S., 2021.

O fundo constitucional do Norte entregou aos estados que compõe a AMACRO a soma de R\$ 1,28 bilhão, o valor nem se compara a completude destinada MATOPIBA (R\$ 5,2 bilhões) - é menor que o repassado para o estado da Bahia. Sendo assim, para o setor de agropecuária foi transferido R\$ 409,9 milhões para Amazonas; R\$ 89,25 milhões ao Acre e R\$ 750,14 milhões à Rondônia. Como já referido, os processos de ocupação e frente expansiva tornaram Rondônia ponto crucial para nova fronteira agropecuária embasada *commodities* de soja e carne bovina. Na indústria e agroindústria, Rondônia auferiu R\$ 16,31 milhões; Amazonas R\$ 12,12 milhões e Acre R\$ 4,10 milhões.

Para o FNE, as diretrizes específicas de 2020, estão elencadas na dinamização e diversificação produtiva do desenvolvimento da agropecuária e indústria, relacionados aos estados da SUDENE. Com isso, foi possível elaborar projeção via seção e

⁶ Estados da Região Norte, abrangendo, portanto Tocantins, embora faça de MATOPIBA.



atividades, como se observa no quadro 3. Na agricultura e pecuária foram destinados os maiores montantes, uma vez que são as atividades inseridas nos setores que tem relevância nas exportações dos estados.

FNE 2020 – Previsão de aplicação por atividade				
Atividades Econômicas	Valor em R\$ milhões			
	MA	TO⁷	PI	BA
Agricultura e Pecuária	1 bilhão	881,14	1,06 bi	2.143,8 bi
Indústria e Agroindústria	157,9	17,44	162,8	679
TOTAL	R\$ 5.215,5 bilhões			

Quadro 3: FNE 2020 – Previsão de aplicação por atividade.

Fonte: Banco do Nordeste, 2021.

Elaboração: SILVA, Juliana, S., 2021.

Bahia recebeu a maior fatia em agricultura e pecuária, foram R\$ 2,1 bilhões; Piauí R\$ 1,06 bilhão, Maranhão R\$ 1bi e Tocantins R\$ 881,14 milhões. No que diz respeito ao setor industrial e agroindustrial foram repassados R\$ 157,9 milhões para o Maranhão, R\$ 17,44 milhões para Tocantins, R\$ 162,8 milhões para o Piauí e para Bahia R\$ 679 milhões. Embora, o ponto central dos Fundos seja a dinamização para diminuir as desigualdades regionais, observa-se valores altos para as atividades que tendem a concentrar, cada vez mais recursos.

De modo geral, os apontamentos feitos ao longo desta análise são fundamentais para compreender a importância de saídas coordenadas da crise econômica e sanitária que o mundo perpassa. Neste quesito, o que fica patente é a importância do olhar multidisciplinar capaz de reconhecer a performance geoeconômica da sub-região que carrega consigo a potencialidade de conectar os Oceanos Atlântico e Pacífico e, a partir das experiências regionais exitosas de MATOPIBA possam ser catalisadas e replicadas na AMACRO com vistas para a transição econômica global em direção a economia de baixo carbono, e, porque não, protagonizar uma performance geoeconômica de carbono neutro na produção, extração, exportação das commodities produzidas na sub-região.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, L. M. C. Regiões Geoeconômicas. In IPE/SUDEC (ed.). Diagnóstico Socioeconômico do Ceará. One, Fortaleza: IPE/SUDEC, 1964. P.109-114.

⁷ Dado referente ao Fundo Constitucional Norte.



- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado. 1988.
- CHATZKY, Andrew; MCBRIDE, James. **China's Massive Belt and Road Initiative. Council on Foreign Relations**. 21 de fevereiro, 2019. Disponível em=
<https://on.cfr.org/3uk49le> Acesso em: 29 de março de 2021.
- CORRÊA DA SILVA, A. **De quem é o pedaço? Espaço e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. In: Antipode Vol. 41 No.1, 2009.
- CEPAL **Horizontes 2030**: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável. (LC/G.2660/Rev.1), Santiago. (2016).
- EGLER, C. A. G. As Américas: singularidades de um continente plural. In: M. P. _____. **As vias abertas para a América do Sul**. In: A. M. M. Bicalho; P. C. D. C. Gomes (Eds.); Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. p.45–70. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2009a.
- _____. Crise e Integração regional na América do Sul. In: F. Mendonça; C. L. Lowen-Sahr; M. Silva (Eds.); **Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. p.661–673. Curitiba, PR: ADEMADAN, 2009b.
- Feres, Carla Paulino da Costa; Staduto, Isadora Wadi Integração de infraestrutura no eixo Peru -Brasil -Bolívia. XVII Congresso Internacional FOMERCO. Foz do Iguaçu, setembro. (2019).
- GEIGER, Pedro P. **Organização Regional do Brasil**. In: Revista Geográfica, v. 33 (61), 1964 p. 25-58.
- PECEQUILO, C. S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. In: **Carta Internacional (USP)**, v. 8, p. 100-115, 2013.
- REDIKER, D. Challenge Three: State capitalism 2.0. In: WEF, World Economic Forum, **Seven Geo-economics Challenges to globalization**. Coligny/Geneva Switzerland. 2015. 16p. Acesso em 15/05/2018. Disponível em: <https://goo.gl/gQhSJq>
- CURITIBA é a cidade mais sustentável da América Latina. **CRECI-RJ**. 5. Fev. 2016. Disponível em <<https://bit.ly/3qIYZds>>
- SIEMENS. **The Green City Index**: a summary of the Green City Index research series. Munich, 2012. Disponível em <<https://sie.ag/3DmchWR>> Acesso em 16. Ago. 2021.